

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: noha8xc2 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 17/12/2025 Projeto de lei nº 2044/2025 Protocolo nº 13353/2025 Processo nº 4122/2025	
Autor: Dep. Beto Dois a Um		

Estabelece diretrizes para a teleorientação socioassistencial no âmbito da rede pública de Assistência Social do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizada, no âmbito da rede pública de Assistência Social do Estado de Mato Grosso, a utilização da teleorientação socioassistencial como forma complementar de atendimento aos usuários e famílias acompanhadas pelos serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Art. 2º A teleorientação poderá ser realizada por meio de chamadas telefônicas, videochamadas, aplicativos de mensagens eletrônicas, plataformas digitais e outros meios tecnológicos disponíveis, desde que assegurados o sigilo profissional, a privacidade dos usuários e a proteção dos dados pessoais, nos termos da legislação vigente.


Art. 3º A oferta da teleorientação não substitui o atendimento presencial, devendo atuar como instrumento de apoio, fortalecimento de vínculos, acompanhamento familiar e monitoramento das condições de vida dos usuários.

Art. 4º Todos os atendimentos realizados por teleorientação deverão ser devidamente registrados nos sistemas oficiais já utilizados pela rede socioassistencial estadual e municipal, observadas as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania, não implicando aumento de despesa obrigatória ou criação de novas estruturas administrativas.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

A utilização de meios remotos para o acompanhamento socioassistencial tem se mostrado ferramenta eficaz para ampliar o acesso, reduzir barreiras territoriais e garantir maior continuidade aos atendimentos prestados pela rede pública de Assistência Social. No Estado de Mato Grosso, muitas famílias encontram dificuldades de deslocamento frequente até as unidades do CRAS e CREAS, seja por razões econômicas, distância geográfica ou ausência de transporte público adequado. A teleorientação auxilia na superação desses obstáculos, sem substituir o atendimento presencial, mas complementando-o de forma eficiente e humanizada.

A regulamentação deste serviço dá maior segurança jurídica ao trabalho das equipes técnicas, alinhando-se às diretrizes nacionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), às normativas da proteção de dados pessoais e à necessidade de fortalecer estratégias de acompanhamento continuado de famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, reforça o papel ativo do Estado na adoção de práticas inovadoras, integradas e compatíveis com a realidade tecnológica atual.

No que se refere ao impacto financeiro, o Projeto de Lei não acarreta custos adicionais ao Estado. Os meios de teleorientação já são utilizados pontualmente em diversos municípios, aproveitando equipamentos existentes como telefones institucionais, computadores, tablets, redes internas e sistemas informatizados do SUAS. Não há criação de cargos, estruturas administrativas ou despesas continuadas. A execução da Lei ocorrerá com recursos humanos, tecnológicos e orçamentários já disponíveis na Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania, preservando-se o equilíbrio fiscal e a responsabilidade administrativa.

Trata-se, portanto, de uma política pública de baixo custo e alto alcance social, capaz de qualificar ainda mais o atendimento à população, garantir acompanhamento mais frequente e fortalecer os vínculos entre o Estado e as famílias atendidas pela rede socioassistencial. Diante da relevância da proposta, solicita-se o apoio dos Nobres Parlamentares para sua aprovação.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 17 de Dezembro de 2025

Beto Dois a Um
Deputado Estadual